Processo n.º 467/2006

Data do acórdão: 2006-10-19

(Recurso civil)

Assuntos:

- âmbito da decisão
- providência cautelar
- art.º 563.º, n.º 2, do Código de Processo Civil de Macau
- abuso do direito
- prova legal
- prova por acordo das partes
- prova documental
- prova testemunhal

S U M Á R I O

1. Quando as partes põem ao tribunal determinada questão, socorrem-se, a cada passo, de várias razões ou fundamentos para fazer valer o seu ponto de vista; o que importa é que o tribunal decida a questão posta; não lhe incumbe apreciar todos os fundamentos ou razões em que elas se apoiam para sustentar a sua pretensão.

2. Não se pode confundir as “questões” a que alude o n.º 2 do art.º 563.º do Código de Processo Civil de Macau, com os motivos ou razões

invocados pelas partes para sustentar a procedência das suas “questões” colocadas no pleito, sob pena da petição do princípio, ao arrepio da referida doutrina.

3. A questão do abuso do direito por parte da requerida da providência cautelar, então colocada pela requerente como pressuposto conducente à rogada concessão da providência, fica, de qualquer modo, logicamente precludida com a solução de improcedência da providência.

4. Entende-se por “prova legal” aquela cuja força probatória se encontra pré-tarifada ou pré-fixada na lei como superior à de determinados outros meios de prova.

5. Nessa acepção, a “prova por acordo das partes” e a prova documental em geral, como são livremente apreciados ou analisados pelo julgador, caso sejam tidos como pertinentes à solução da causa, em conjunto com outros meios úteis de prova (por exemplo, a prova testemunhal), não são prova legal.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 467/2006

(Recurso civil)

Recorrente:

A

Recorrida:

Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L.

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Em 22 de Março de 2006, **A** fez moveu providência cautelar contra a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L., através da seguinte petição:

<<Exmo. Senhor

Doutor Juiz de Direito

do Tribunal Judicial de Base

A, [...], natural de [...], de nacionalidade [...], residente em [...], vem requerer contra:

– **SOCIEDADE DE TURISMO E DIVERSÕES DE MACAU, S.A. (STDM)**, Pessoa Colectiva registada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis sob o n.º [...], a fls. [...] do Livro [...], com sede em Macau, na [...] (doc. 1),

PROVIDÊNCIA CAUTELAR NÃO ESPECIFICADA,

o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

I

Da Legitimidade Activa e Passiva

1. A ora requerida é uma **sociedade anónima**, com o capital social de MOP\$85.250.000,00 (cfr. doc. 1).

2. A ora requerente é **sócia e accionista** da requerida.

3. A qualidade de sócia por parte da Requerente está comprovada pelos títulos das acções que se juntam (docs. 2 a 11),

4. e pela escritura pública de 31 de Dezembro de 1976 (doc. 12 – *onde se lê: ser a Requerente titular de 4.356 acções da STDM*).

5. A Requerente exerceu as funções de Administradora da STDM nos períodos de 1995 a 1998 e de 31/03/1998 a 31/3/2001 (cfr. doc. 1).

6. Nos termos do artigo 24º dos Estatutos da Requerida (cfr. doc. 1), os membros do Conselho de Administração são eleitos de entre os accionistas com direito a voto.

7. Por carta de 27 de Junho de 2005, a Requerente comunicou à requerida que **intendia doar** à "**B Foundation Limited**" 6.000 acções de que é titular na

STDM (doc. 13).

8. Todavia, esta doação é ineficaz, uma vez que se encontra subordinada à **condição suspensiva** de levantamento da providência cautelar que correu termos pelo 3º Juízo Cível desse distinto Tribunal com o nº CV3-02-0015-CAO/A (docs. 14 e 15).

9. Também comunicou à Requerida, em 28 de Junho de 2005, que era sua **intenção vender 100 acções** de que é titular à "C" e outras **100 acções** à "D", ambas com sede em Hong Kong (doc. 16).

10. Estas vendas também só serão eficazes após o levantamento da providência cautelar atrás mencionada (docs. 17 e 18).

11. Em 15 de Março de 1983, a Requerente endossou a favor da sociedade "**Bb**", com sede no Panamá, as acções de que é titular na STDM (cfr. docs. 2 a 11).

12. Todavia, a Requerida alega não ter averbado no livro de registo de acções da sociedade tal endosso.

13. E, por esta razão, no livro provisório de registo das acções não se encontra mencionada tal transmissão por endosso (doc. 19).

14. Atenta a sua qualidade de sócia e accionista da STDM, recebeu a Requerente da Requerida a **comunicação sobre a realização da Assembleia Geral Ordinária** da Sociedade, marcada para o dia 31 de Março de 2006 (doc. 20).

II

Da matéria a deliberar na próxima Assembleia Geral

15. Consta do nº 2 da Ordem do Dia para a referida reunião dos sócios:

A "Discussão e aprovação do modelo de reestruturação do grupo de empresas participadas pela Sociedade, bem como a constituição duma subsidiária da STDM

em Hong Kong para deter directamente as acções da Sociedade na Sociedade de Jogos de Macau, S.A., a fim de esta nova subsidiária ser admitida na bolsa de valores de Hong Kong, tudo sem prejuízo das necessárias autorizações por parte do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, bem como discussão e aprovação de mandato a atribuir ao Conselho de Administração para a execução de quaisquer actos conexos com esta matéria (cfr. doc. 20).

III

Da importância das deliberações a tomar

16. Como facilmente se depreende do atrás transcrito, pretende-se deliberar na próxima Assembleia Geral sobre assuntos de **importância nuclear** para a STDM,

17. visto que se irá constituir uma sociedade, em Hong Kong, para a **substituir inteiramente em matéria de detenção directa** das acções da STDM na Sociedade de Jogos de Macau, S.A.".

18. Esta última sociedade é titular de uma concessão, atribuída pelo Governo da RAEM, para a exploração de jogos de fortuna ou azar (como é do conhecimento público).

19. E possui um elevado potencial económico, sendo uma das principais contribuintes das receitas provenientes da indústria do jogo em Macau.

IV

Da estrutura actual da SJM e direitos da STDM perante a SJM

20. A SJM é uma **subsidiária da STDM**, conforme deliberação tomada pelo seu Conselho de Administração de 28 de Novembro de 2001 (doc. 21, que se dá

por integralmente reproduzido, destacando-se, dada a sua importância, o seguinte:

- ". . . verifica-se a exigência de **volumosa informação**, quer sobre a concorrente quer sobre as sócias dominantes e respectivos administradores e accionistas, . . .";

- "Daí que, com o **objectivo único de simplificar a preparação da documentação**, e sem alterar o propósito de criar a sociedade nos termos da anterior deliberação, se justificava a criação duma **sociedade intermédia, totalmente dominada pela STDM** e esta, por sua vez, seria **sócia dominante da sociedade que se apresentasse ao concurso, com o suporte da STDM**";

- "Ponderadas as razões e esclarecimentos apresentados, os administradores presentes deliberaram, por unanimidade dos presentes e dos representados, aprovar a **estratégia delineada para a apresentação ao Concurso** e que a STDM deveria criar a **sociedade intermédia**, denominada "Investimentos S.T.D.M., Limitada", detendo **99.99%** do capital e que, por sua vez, criaria a sociedade concorrente com o mínimo de accionistas permitido por lei, sendo a sociedade intermédia accionista de **89.95% do capital**, o Administrador-Delegado, como obriga a lei, com **10%** de acções qualitativas e, por enquanto, o Consultor Jurídico da STDM, Dr. Q, ficava a deter, para cumprir o mínimo legal de 3 sócios, 10 acções de 100 patacas cada (**0.05%**)".

21. Na prática, conforme a dita deliberação, a STDM controlaria **100% do capital social** da SJM.

22. Apenas por imperativos legais, o Administrador Delegado da SJM detém 10% do capital social,

23. sendo, contudo, certo que tal participação social, na realidade, pertence também à STDM.

24. Igual situação se aplica para a participação social do Consultor Jurídico da STDM.

25. Tendo como **objectivo único e exclusivo a simplificação ou facilitação do preenchimento das formalidades com vista ao Concurso** atrás citado, foi constituída uma subsidiária, totalmente dominada pela STDM.

26. Acresce que na **acta** da reunião do Conselho de Administração de **31 de Outubro de 2001**, ficou expresso que (doc. 22):

- "O condicionalismo imposto pela Lei no. 16/2001, especialmente quanto à necessidade de se criar uma **sociedade exclusivamente dedicada à exploração do jogo**, o que não era o caso da Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, que possui outros negócios, nomeadamente, no sector imobiliário e de turismo, e, por outro lado, a imposição de que essa sociedade tenha um **Administrador-Delegado residente em Macau** e seja titular de, pelo menos, **10% de participação** nessa sociedade;

- "Também foi referido que a Administradora ausente (a ora Requerente), na sua carta, opinou no sentido da constituição duma sociedade totalmente detida pela STDM";

- "Por voto unânime, foi deliberado constituir uma sociedade anónima, em que a STDM tenha uma participação social de **80%** (oitenta por cento), sendo **10%** (dez por cento) subscritos pelo Dr. E, também conhecido por E, que figurará como Administrador-Delegado dessa nova sociedade e os restantes **10%** (dez por cento) seriam subscritos como "Stock Options" reservados ao "management" dos Casinos, com vista a fidelizar os respectivos executivos à STDM, e cada um dos accionistas deverá fazer a entrada de capital correspondente à sua subscrição."

- "Esta **estrutura societária** será apresentada na próxima **Assembleia Geral**

Extraordinária convocada para o próximo dia 5 de Novembro, uma vez que se trata de uma **deliberação importante para se delinear a futura actividade da STDM.**"

27. Conforme os dados fornecidos pela STDM, a "STDM – Investimentos, S.A." detém, presentemente, **80%** do capital social da SJM, mantendo-se os **10%** em nome do Administrador-Delegado (doc. 23).

28. E nos termos estatutários ficaram consagrados o **direito e a obrigação da STDM de ser sócia e accionista dominante da SJM**, de harmonia com as deliberações estruturantes tomadas em 2001 (vide artigo 7º, nº 2 dos Estatutos, cujo teor se transcreve:

- ***"Sendo a sociedade uma accionista dominante da "Sociedade de Jogos de Macau, SA", titular de uma licença para a exploração de jogos de fortuna ou azar em Casino, por Contrato assinado com o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, a transmissão de acções está ainda sujeita às limitações decorrentes do referido Contrato de Concessão ou das suas alterações"***.

29. Ou seja: tudo se passará na prática como se a STDM continuasse a ter, directamente, direitos, interesses e benefícios decorrentes da concessão do jogo, embora esta haja sido atribuída à sua subsidiária: a SJM.

30. Com efeito, a Assembleia Geral de 5 de Novembro de 2001, face à estrutura de negócios diversificados da STDM, ponderou "a necessidade de se delinear a estratégia a usar pela Sociedade no quadro da candidatura a uma licença de exploração, a ser concedida pela RAEM".

31. Justificou-se, na altura, que por "o Governo da RAEM ter iniciado o processo de concessão em Outubro, com prazos bastantes reduzidos, a STDM tinha preparado a constituição duma nova sociedade, exclusivamente, para esse fim",

32. "O que já foi objecto de deliberação do Conselho de Administração, em 31 de Outubro último e se encontra em fase de implementação, com o capital mínimo exigido por lei, de 200 (duzentos) milhões de patacas, onde, igualmente por determinação legal, o Administrador-Delegado terá de subscrever 10% do capital".

33. Foi aprovada a proposta no sentido da STDM prosseguir na sua estratégia de se candidatar a uma das licenças que o Governo da RAEM venha a conceder.

34. Foi também aprovada a proposta de apoio à orientação traçada pelo Conselho de Administração, no sentido da constituição duma sociedade denominada "SOCIEDADE DE JOGOS DE MACAU, S.A.".

V

Das propostas de alteração da estrutura societária da SJM

35. Conforme os dados obtidos, a SJM passará a ter, após a constituição da subsidiária em Hong Kong, apenas **65.883%** do capital dessa subsidiária, que, por sua vez, deterá 90% do capital da SJM (doc. 24),

36. ou, possuirá **52,7064%** do capital da subsidiária (doc. 25),

37. ou, ainda, pura e simplesmente, não possuirá qualquer participação (**0%**) (doc. 26).

38. De qualquer modo, a STDM verá, necessariamente, o seu domínio no capital social da SJM fortemente diminuído, atentas as regras da Bolsa de Valores de Hong Kong as quais impõem que, pelo menos, **20%** do capital da sociedade listada seja reservado **ao público**.

VI

Da elevada importância da participação direta da STDM na SJM

39. Como facilmente se compreende, os **lucros da STDM** provêm **fundamentalmente** da actividade desenvolvida pela **SJM** através da exploração dos diversos casinos que lhe são licenciados pelo Governo de Macau.

40. Qualquer diminuição da percentagem da STDM no capital social da SJM irá trazer, inelutavelmente, uma redução dos dividendos que, anualmente, lhe são atribuídos.

41. E, reflexamente, **a Requerente irá receber muito menos dividendos**, por conta das acções de que é titular.

42. Na eventualidade de ser aprovada a proposta que não contempla a STDM na estrutura societária da Nova Subsidiária, então não haverá rendimentos que lhe possam ser canalizados por via da SJM.

43. De qualquer modo, pelo menos 20% do capital da Nova Subsidiária serão afectos ao público em geral, com a inerente e necessária diminuição da participação da STDM nos seus lucros.

VII

Da lesão grave e dificilmente reparável

44. Por conta dos dividendos provenientes do exercício de 2004, a Requerente e recebeu \$66.325.109,50.

45. O lucro da STDM nesse exercício foi de \$2.957.236.274,76 (doc. 27).

46. Com a diminuição ou total desaparecimento da participação da STDM nos lucros da SJM, a Requerente sofrerá uma **lesão** grave e dificilmente reparável do seu ***direito aos lucros*** gerados pela STDM.

47. Efectivamente, a concretizar-se o processo de cedência da posição da STDM, isto constituirá uma derrogação das deliberações tomadas em 2001 que cristalizaram os direitos, interesses e benefícios da STDM junto da SJM,

48. assim como uma violação dos Estatutos, que reconhecem a permanente ligação da STDM à SJM (*artigo 7º, nº 2*): passando a STDM a não ser accionista ou deixando de ser accionista de, pelo menos, 90% do capital social da SJM.

49. Tudo isto redundará em **prejuízos gravíssimos** para a Requerente, **difícilmente reparáveis** caso se consuma a perda da actual posição da STDM na estrutura societária da subsidiária, concessionária do Jogo em Macau.

VIII

Do Direito Ameaçado

50. A Requerente tem o **direito de exigir** da STDM que esta se mantenha **directamente** como detentora efectiva de, pelo menos, 80% do capital social da SJM, sem prejuízo dos 10% temporariamente detidos pelo Administrador-Delegado.

51. Conforme o deliberado pelo Conselho de Administração em 31 de Outubro de 2001 (cfr. doc. 22) e 28 de Novembro de 2001 (cfr. doc. 21), bem como pela Assembleia Geral de 5 de Novembro de 2001 (doc. 28).

52. Estas deliberações têm **carácter definitivo e estruturante** para a STDM, visto que foi com base nelas que os sócios decidiram pela não apresentação directa da STDM ao concurso para a obtenção da concessão de uma licença para a exploração do jogo,

53. optando-se pela participação, nesse concurso, através da SJM, sua subsidiária, após cerca de 40 anos de exercício de tal actividade pela STDM.

54. Qualquer alteração posterior, tendo como efeito próprio a diminuição da percentagem da STDM no capital da SJM, constituirá revogação das referidas deliberações,

55. implicando, necessariamente, a **violação dos direitos constituídos e interesses da Requerente**,

56. e da sua **legítima expectativa** de receber, anualmente, dividendos da STDM, sendo parte significativa destes os rendimentos canalizados pela SJM em função dos lucros obtidos pelo exercício da indústria do jogo,

57. cujas perspectivas de crescimento são enormes,

58. sendo este o facto, também decisivo, para o interesse de subscrição pública das acções da dita Nova Subsidiária.

IX

Da necessidade de assegurar a efectividade do direito ameaçado

59. Qualquer alteração da **ligação directa** entre a SJM e a STDM provocará efeitos devastadores sobre a vida e a subsistência futura da STDM.

60. Com efeito, sem a actividade do jogo ou a percepção dos rendimentos provenientes da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, a STDM não possuirá qualquer outra actividade que se lhe equipare em termos de rentabilidade.

61. Por isso, tal decisão é **irrevogável, por natureza**, sem o consentimento de todos os accionistas,

62. e a sua modificação ou revogação constituirá **violação dos direitos** da Requerente e dos demais sócios da STDM, que são **inderrogáveis**, salvo havendo consentimento de todos,

63. uma vez que ficou assente que a STDM seria a sócia dominante da SJM e

foi fixada a sua participação não inferior a 80% (a que acrescem os 10% do Administrador-Delegado) do capital social desta última.

64. Consequentemente, a Requerente tem o direito de exigir a observância do deliberado em 2001, porquanto se não alteraram os respectivos pressupostos.

65. Embora se não possa qualificar de "direito especial" da SJM, nos termos definidos no artigo 184º do Código Comercial,

66. a verdade é que, dada a importância para todos os accionistas da STDM, tal deliberação lhes confere, incluindo à Requerente, o direito de exigir a sua inalterabilidade, salvo havendo consentimento de todos.

X

Do desaparecimento do livro de registo das acções de STDM

67. Conforme deliberação do Conselho de Administração da Requerida, tomada em 6 de Dezembro de 2001, o livro de registo das acções de STDM desapareceu (doc. 29),

68. Estando em curso o respectivo processo de Reforma Judicial cujos termos correm pelo 1º Juízo desse Distinto Tribunal com o nº CV1-02-0008-CPE (doc. 30, cuja certidão judicial protesta juntar).

69. Dispõe o artigo 424º do Código Comercial que os títulos nominativos transmitem-se entre vivos por endosso lavrado no próprio título e **averbamento** no livro de registo de acções.

70. Dispunha o artigo 168º do Código Comercial de 1888 que "a propriedade e a transmissão das acções nominativas não produzirão efeitos para com a sociedade e para com terceiros senão desde a data do respectivo averbamento no livro das acções".

71. O averbamento no livro de registo de acções assume, pois, carácter constitutivo,

72. Não se reconhecendo a propriedade das acções sem que haja o correspondente averbamento (cfr. artigo 1274º do Código de Processo Civil).

73. Desaparecido o livro e não estando concluído o processo de Reforma Judicial, nem se prevendo que o mesmo se conclua brevemente, dado o despacho de sustação proferido (doc. 31, cuja certidão judicial protesta juntar),

74. É forçoso concluir-se que, para a tomada de uma decisão com tão relevante repercussão sobre a STDM – deixar de ser sócia dominante da SJM -, é necessário que nessa reunião da Assembleia Geral participem os sócios efectivos,

75. e com as respectivas acções devidamente averbadas em seu nome no referido livro, com a antecedência mínima de 10 dias, em relação à data da reunião (artigo 15º dos Estatutos – cfr. doc. 1).

76. Por outro lado, "a Assembleia Geral é constituída pelos accionistas titulares de, pelo menos, 40 acções privilegiadas ou 50 acções ordinárias simples" – artigo 9º dos Estatutos (cfr. Doc. 1),

77. E, "a cada grupo de 8 acções privilegiadas ou 10 acções ordinárias simples corresponde um voto na Assembleia Geral" – artigo 10º dos Estatutos (cfr. Doc. 1).

78. Ora, tudo isto requer que o livro de registo das acções da STDM seja válido e eficaz.

79. O Livro Provisório não substitui a Reforma Judicial, em curso, do livro em questão,

80. pelo que, **nenhuma decisão pode ser tomada** na convocada assembleia geral,

81. e toda e qualquer deliberação é, por isso, **inválida,**

82. por não se ter a certeza sobre a identidade dos accionistas presentes e a quantificação dos votos dos respectivos titulares.

83. Acresce que a Requerente tem sérias dúvidas de que sejam accionistas da STDM, as seguintes pessoas elencadas pela "F Company Limited", na acção cujos termos correm pelo 3º Juízo desse Tribunal com o processo no. CV305-0067-CAO: a "F Company Limited" (26,82% do capital da STDM), "G Limited (9.606%) e H (0,117%) (por eventual falta de autorização do Governo, nos termos do artigo 14º, no. 2 da Lei no. 6/82/M, de 29 de Maio) e "I Limited" (10,796%) (por falta de comunicação do projecto de venda das acções) – cfr. artigo 38º inserido no doc. 32.

84. Em face do acima exposto, está demonstrado o "fundado receio" da deliberação de criação de uma subsidiária, em substituição da STDM ou da STDM Investimentos, poder ser tomada por não accionistas.

85. Tal deliberação **deve ser judicialmente impedida até que a Reforma Judicial do Livro seja proferida,**

86. Evitando-se, assim, prejuízos à Requerente, decorrentes da execução de uma deliberação irregular ou ilegal, que será grave e dificilmente reparável.

XI

Do Periculum in Mora

87. Conforme o relatado em diversos jornais, decisões serão brevemente tomadas visando a extinção da participação directa da STDM na SJM.

88. Na edição de 16 de Março de 2005, na 1ª página do "Jornal Tribuna" –(Doc.33) – escreveu-se que a "subsidiária" a criar deterá directamente as acções na SJM; com o objectivo de ser admitida na Bolsa de Valores de Hong

Kong, a subsidiária assumirá a participação de 80% que a STDM detém actualmente no capital da SJM e será registada no território vizinho.

89. Assim, a participação social detida pela STDM desaparecerá, informando aquele periódico que será requerida a "aprovação do Governo de Macau, obrigatória para qualquer alteração que envolva mais de cinco por cento da estrutura accionista".

90. Prevê-se com toda a segurança que, após a deliberação de 31 de Março de 2006, o processo de cedência da participação social da STDM será prosseguido, consumando-se rapidamente,

91. face ao interesse que o seu Conselho de Administração já revelou com a apresentação da matéria no aviso convocatório atrás referido.

92. A falta de qualquer medida que impeça a deliberação revogatória da Assembleia Geral e/ou a produção dos seus efeitos jurídicos, acarretará a consumação, a breve trecho, da perda da posição da STDM na SJM.

93. Poder-se-á dizer que caberá ao accionista impugnar tal deliberação e pedir a sua suspensão.

94. Acontece que a Requerente se encontra em situação de saúde que lhe não permite deslocar-se a Macau e manifestar o seu voto desfavorável.

95. Por outro lado, não conseguiu encontrar quem a possa representar na dita reunião dos sócios,

96. uma vez que o livro de registo das acções da STDM não se encontra reformado nos termos legais, mantendo-se incerta a qualidade de sócios por parte dos seus participantes (cfr. *dos. 1 na parte referente ao art. 18º dos Estatutos: o accionista só pode ser representado na Assembleia Geral por outro accionista que nelas tenha direito de voto*).

97. A que acresce a absoluta irrevogabilidade da ligação entre a STDM e a SJM, cuja alteração, mediante deliberação em contrário do deliberado anteriormente, constituirá um caso nítido de "**ABUSO DO DIREITO**",

98. Por excesso manifesto dos limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes e pelo fim económico desse direito – *artigo 326º do Código Civil*.

99. "No abuso do direito pode compreender-se (como sanção adequada à sua natureza), qualquer processo em que se consigna a paralização do respectivo direito" (Ac. da Relação do Porto, 2º – 680, *in* Código Civil Anotado, 8ª Edição, de Abílio Neto).

100. Face à factualidade descrita, torna-se **urgente** que se **impeça** a possibilidade de votação no sentido de **abdicação da participação social da STDM na SJM**,

101. e a produção dos efeitos dessa mesma deliberação, caso se verifique a aprovação formal de tal proposta de abdicção.

XII

Da inexistência de prejuízos relevantes para a Requerida

102. A providência a ser decretada terá como efeito útil a manutenção do "status quo" da STDM no contexto societário da SJM.

103. O impedir a SJM de deixar de ser subsidiária (dominada) da STDM não irá provocar qualquer dano ou prejuízo relevante para esta última,

104. uma vez que, estatutariamente e ante as deliberações anteriores, deve ela permanecer e manter-se sócia dominante da SJM (80% + 10% do Administrador-Delegado) .

Termos em que,

Respeitosamente,

Requer a V.Exa. se digne ordenar a providência cautelar decretando as seguintes medidas:

- 1) Pela probabilidade séria de existência do "Abuso do Direito" ao revogar as deliberações estruturantes da sociedade, tomadas em 2001, no quadro da apresentação da candidatura para a concessão de uma licença de exploração de jogos de fortuna ou azar em casino: **ordenar a suspensão de qualquer votação respeitante à matéria constante do nº 2 do Aviso Convocatório para a reunião ordinária da Assembleia Geral da STDM, marcada para 31 de Março de 2006, até ao trânsito em julgado da decisão a proferir na Acção Principal que será proposta;**
- 2) Pela probabilidade séria de existência do direito inderrogável da Requerente de exigir a manutenção da posição de accionista dominante de pelo menos 80% do capital social da SJM: **ordenar que a STDM se abstenha de praticar quaisquer actos que, directa ou indirectamente, possam alterar o domínio da STDM na estrutura societária da SJM, mantendo-se a sua posição de accionista dominante, nos termos do anteriormente deliberado em 2001;**
- 3) Pela falta da Reforma Judicial do Livro de Registo das Acções da STDM: **ordenar que toda e qualquer deliberação da STDM, tomada ao abrigo do ponto nº 2 do referido Aviso Convocatório, só poderá ser executada pelos órgãos societários competentes, após a confirmação da regularidade do exercício do direito de voto pelos accionistas que vierem a ter essa sua qualidade comprovada, mediante a Reforma Judicial do mencionado livro.**

[...]>> (cfr. o teor de fls. 2 a 23 dos presentes autos correspondentes, e *sic*).

Providência cautelar essa que acabou por ser decidida nos seguintes termos fácticos e jurídicos constantes da sentença de 9 de Junho de 2006:

<<SENTENÇA

I

A, [...], natural de [...], de nacionalidade [...], residente em [...], vem intentar a presente,

PROVIDÊNCIA CAUTELAR COMUM

Contra

SOCIEDADE DE TURISMO E DIVERSÕES DE MACAU, S.A. (STDM), pessoa colectiva registada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis sob o n.º [...], a fls. [...] do Livro [...], com sede em Macau, na [...].

*

Alega a Requerente, os factos de que a Requerida violasse os seus direitos sociais e patrimoniais e que lhe iria causar prejuízos difícil de reparação, cujo teor consta do Requerimento Inicial de fls. 2 a 24, se dá aqui reproduzido integralmente, pedindo o Tribunal:

- a) Ordenar a suspensão de qualquer votação respeitante à matéria constante do n.º 2 do Aviso Convocatório para a reunião ordinária da Assembleia Geral da STDM, marcada para 31 de Março de 2006, até ao trânsito em julgado da decisão a proferir na Acção Principal que será proposta;
- b) Ordenar a STDM se abstenha de praticar quaisquer actos que, directa ou

indirectamente, possa alterar o domínio da STDM na estrutura societária da SJM, mantendo-se a sua posição de accionista dominante, nos termos do anteriormente deliberado em 2001;

- c) Ordenar que toda e qualquer deliberação da STDM, tomada ao abrigo do ponto n.º 2 do referido Aviso Convocatório, só poderá ser executada pelos órgãos societários competentes, após a confirmação da regularidade do exercício do direito de voto pelos accionistas que vierem a ter essa sua qualidade comprovada, mediante a Reforma Judicial do mencionado livro.

*

Citado a Requerida, apresentou a oposição de fls. 381 a 417 que se dá reproduzido integralmente.

Procedeu-se à audiência final com as formalidades legais.

*

II

O Tribunal é competente em razão da matéria e da hierarquia.

A petição inicial não é inepta. O processo é o próprio e válido.

As partes são dotadas de personalidade e capacidade judiciárias e são legítimas.

As exceções arguidas serão apreciadas em momento posterior.

Não há outras exceções dilatórias e peremptórias ou nulidades processuais que importe conhecer.

*

III

Produzidas as provas documental e testemunhal, considera-se provados

indiciariamente os seguintes factos relevantes para a decisão da causa:

1. A Requerida é uma sociedade anónima, com o capital social de MOP\$85.250.000,00. *(art. 1º do Requerimento inicial)*
2. A Requerente é sócia e accionista da Requerida. *(art.s 2º-4º do Requerimento inicial)*
3. A Requerente exerceu as funções de Administradora da STD M nos períodos de 1995 a 1998 e de 31/03/1998 a 31/3/2001. *(art. 5º do Requerimento inicial)*
4. Por carta de 27 de Junho de 2005, a Requerente comunicou à Requerida que intendia doar à “**B**” 6.000 acções de que é titular na STD M. *(art. 7º do Requerimento inicial)*
5. Também comunicou à Requerida, em 28 de Junho de 2005, que era sua intenção vender 100 acções de que é titular à “**C**” e outras 100 acções à “**D**”, ambas com sede em Hong Kong *(art. 9º do Requerimento inicial)* (doc. 13).
6. Em relação à doação e as vendas acima referidas, existe uma providência cautelar que correu termos pelo 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Base com o n.º CV3-02-0015-CAO/A, e que **J** e **L** move contra STD M, **A**, **M** e **Bb**, onde foi determinada que os requeridos ficam impedidos de transmitirem, onerarem ou disporem das acções em causa, de procederem ao registo das mesmas a favor de terceiros e bem assim de o terceiro Requerido se abster de utilizar a procuração passada a seu favor, até à decisão final a proferir na acção a propôr pelos Requerentes. *(art.s 8º e 10º do Requerimento inicial)*
7. Em 15 de Março de 1983, a Requerente endossou a favor da sociedade “**B Inc.**”, com sede no Panamá, as acções de que é titular na STD M. *(art. 11º do Requerimento inicial)*
8. Todavia, o endosso não está averbado no livro de registo de acções nem

mencionado no livro provisório de registos das acções da STD.M.(*art.s 12º e 13º do Requerimento inicial*)

9. Atenta a sua qualidade de sócia e accionista da STD.M, recebeu a Requerente da Requerida a comunicação sobre a realização da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, marcada para o dia 31 de Março de 2006. (*art. 14º do Requerimento inicial*)
10. Consta do n.º 2 da Ordem do Dia para a referida reunião dos sócios:

“A discussão e aprovação do modelo de reestruturação do grupo de empresas participadas pela Sociedade, bem como a constituição duma subsidiária da STD.M em Hong Kong para deter directamente as acções da Sociedade na Sociedade de Jogos de Macau, S. A., a fim de esta nova subsidiária ser admitida na bolsa de valores de Hong Kong, tudo sem prejuízo das necessárias autorizações por parte do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, bem como discussão e aprovação de mandato a atribuir ao Conselho de Administração para a execução de quaisquer actos conexos com esta matéria.” (*art. 15º do Requerimento inicial*)
11. A STD.M pretendia constituir uma subsidiária em Hong Kong para deter directamente as acções da sociedade na Sociedade de Jogos de Macau, S.A. (SJM). (*art. 17º do Requerimento inicial*)
12. Esta última sociedade é titular de uma concessão atribuída pelo Governo da RAEM, para a exploração de jogos de fortuna ou azar. (*art. 18º do Requerimento inicial*)
13. E possui um elevado potencial económico, sendo uma das principais contribuintes das receitas provenientes da indústria do jogo em Macau. (*art. 19º do Requerimento inicial*)

14. Foi discutida e aprovada na reunião do Conselho de Administração de 28 de Novembro de 2001 a proposta no sentido da constituição da sociedade intermediário denominada “STDM-Investimentos, Limitada”, detendo 99.99% do capital, por sua vez, criaria uma sociedade concorrente, as respectivas deliberações constam da Acta de fls. 228 a 233, que aqui se dá integralmente reproduzido. *(art. 20º a 24º do Requerimento inicial)*
15. Foi discutida e aprovada a proposta no sentido da constituição da sociedade concorrente ora SJM na reunião do Conselho de Administração de 31 de Outubro de 2001, as deliberações constam da Acta de fls. 234 a 240, que se dá aqui integralmente reproduzida. *(art. 25º 26º, 30º a 34º do Requerimento inicial)*
16. A “STDM-Investimentos, Limitada” detém, presentemente, 80% do capital social da SJM, mantendo-se os 10% em nome do Administrador-Delegado. *(art. 27º do Requerimento inicial)*
17. Na prática, a STDM continuasse a ter, directamente, direitos, interesses e benefícios decorrentes da concessão do jogo, embora esta haja sido atribuída à SJM. *(art.s 28º e 29 do Requerimento inicial)*
18. Conforme os dados obtidos, a própria STDM passará a ter, após a constituição da subsidiária em Hong Kong, 65,883% do capital dessa subsidiária, que, por sua vez, deterá 90% do capital da SJM, ou, possuirá 52,7064% do capital da subsidiária, pois as regras da Bolsa de Valores de Hong Kong impõem que, pelo menos, 20% do capital da sociedade listada seja reservado ao público. *(art.s 35º a 38º do Requerimento inicial)*
19. Os lucros da STDM provêm fundamentalmente da actividade desenvolvida pela SJM através da exploração dos diversos casinos que lhe são licenciados

- pele Governo de Macau. *(art.s 39º e 59º do Requerimento inicial)*
20. Por conta dos dividendos provenientes do exercício de 2004, a Requerente recebeu \$66.325.109,50. *(art.44º do Requerimento inicial)*
 21. O lucro da STD M nesse exercício foi de \$2.957.236.274,76. *(art.45º do Requerimento inicial)*
 22. Conforme deliberação do Conselho de Administração da Requerida, tomada em 6 de Dezembro de 2001, o livro de registo das acções de STD M desapareceu. *(art. 67º do Requerimento inicial)*
 23. Estando em curso o respectivo processo de Reforma Judicial cujos termos correm pelo 1º Juízo do Tribunal Judicial de Base com o n.º CV1-02-0008-CPE. *(art. 68º do Requerimento inicial)*
 24. A constituição da Assembleia Geral da Requerida encontra-se regulada pelo seu estatuto, cujo teor se dá integralmente reproduzido. *(art.s 76º e 77º do Requerimento inicial)*
 25. Existem uma acção interposta pela “F Company Limited”, cujos termos correm pelo 3º Juízo desse Tribunal com o processo no. CV3-05-0067-CAO. *(art. 83º do Requerimento inicial)*
 26. Foi publicado na edição de 16 de Março de 2005, na 1ª página do Jornal Tribuna fls. 292, cujo teor se dá integralmente reproduzido. *(art.s 88º e 89º do Requerimento inicial)*
 27. A Requerente foi notificada do teor da acta em que foram lavradas as deliberações da Assembleia Geral de 31 de Março do corrente ano. *(art.33º da Oposição)*
 28. A Requerente requereu a suspensão de deliberação social de 31 de Março de

2006, cujos termos corre pelo 2º Juízo como o n.º CV2-06-0005-CPV, tendo o prazo de oposição terminado em 5 de Junho de 2006. (*art.34º da Oposição*)

*

Os outros factos ou não ficam provados por carecem de meios de prova, ou são factos conclusivos ou são de matéria de direito.

*

IV

1. Da inutilidade da providência requerida.

A Requerida arguiu a inutilidade da providência com o fundamento de que:

- a Assembleia Gerais marcada de 31 de Março de 2006 já foi realizada antes de terminar o prazo de oposição;

- correm os termos no 2º Juízo Cível com o n.º CV2-06-0005-CPV, de Providência Cautela de Suspensão da Deliberação Social afim de suspender a eficácia da deliberação tomada na Assembleia Gerais de 31 de Março de 2006 em causa. Logo recebida a citação, a deliberação ficou suspenso imediata e provisoriamente por imposição da lei, assim constitui elemento essencial do mérito do pedido formulado nos presentes autos, está eliminado pelo efeito suspensivo imediato da deliberação.

Vejamos:

Em relação ao pedido a), a Requerente pretende impedir a votação sobre respeitante à matéria constante do n.º 2 do Aviso Convocatório para a reunião ordinária da Assembleia Geral da STDM, marcada para 31 de Março de 2006. É evidente e sem mais justificação, já que a votação tinha feito, a providência requerida tomou-se inútil.

Assim, declara-se inútil a providência requerida sob a alínea a).

Em relação aos pedidos b) e c), não assistimos à razão à Requerida.

As providências requeridas sob alíneas b) e c), não põe em questão a deliberação social tomada em 31 de Março de 2006, mas sim contra outros actos que possam alterar, directa ou indirectamente, o domínio da STDM na estrutura societária da SJM, e qualquer outra deliberação da STDM tomada ao abrigo do ponto n.º 2 do referido Aviso Convocatório, que não abrange a deliberação de 31 de Março de 2006.

Além disso, a referida providência de Suspensão da Deliberação Social ainda não tem sentença transitado em julgado, não extingue a instância da presente Providência Cautelar que foi interposto em 1º lugar.

Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a excepção arguida pela Requerida.

*

2. Da utilização indevida da providência inominada

A Requerida alega que existem providência cautelar especificada para suspender as deliberações sociais, mas a Requerente utilizou indevidamente a providência inominada visando a suspensão da eficácia de deliberação social, ou antecipar o efeito de uma eventual decisão judicial de suspensão de eficácia de deliberação social, tratando-se de uma violação do disposto no n.º 1 do artigo 326º do Código de Processo Civil e da fraude à lei, considerando dever ser julgada improcedente a providência.

É verdade o procedimento cautelar comum tem aplicação subsidiária, não é lícito ao requerente fazer uso do procedimento cautelar comum quando se pretenda acautelar o risco de lesão especialmente prevenido por alguma das providência

típicadas.

Conforme Joel Timóteo Ramos Pereira, o princípio genérico dos procedimentos cautelares comum é o da *atipicidade*, abrange toda a variedade e multiplicidade de situações que exijam a instituição de uma solução excepcional, provisória, instrumental, mas igualmente imediatamente exequível na esfera jurídica do requerente e do requerido. Pode, assim, consubstanciar-se numa *acção de facere* (prática de actos), numa obrigação de *non facer* (abstenção da prática de determinada conduta) (...) (Prontuário de Formulários e Trâmites, Vol. II, ed. Quid Juris).

A presente providência não apenas destina-se a suspender ou anular determinada deliberação social, pretende ainda que se ordene a Requerida abster-se de praticar determinados actos que podem não ser uma deliberação social. Também resulta do douto Ac. RL. 24.06.1999, CJ. III. p. 129, é admissível na providência cautelar comum para defesa dos direitos sociais.

Pelo exposto, julgo improcedente a excepção ora arguida.

*

3. Dos requisitos da providência cautelar.

A questão essencial da presente providência cautelar constitui em verificar se preenchem ou não os requisitos legais.

*

3.1. Requisitos essenciais da providência comum

São requisitos essenciais das providências cautelares não especificadas:

- a) Probabilidade séria da existência do direito do Requerente;
- b) O justo receio de lesão grave e dificilmente reparável do direito;

- c) Adequação da providência solicitada para evitar a lesão e não ser o prejuízo resultante da providência superior ao dano que com ela se pretende evitar.

*

3.2. Do requisito da existência de um direito da Requerente.

A Requerente pretende defender provisoriamente o seu direito social e patrimonial.

A Requerente é sócia e accionista da Requerida, possui direito social e patrimonial relativos às acções, designadamente direito à voto em determinada assembleia geral e de receber os dividendos.

O direito da Requerente é actual, embora a mesma tenha doado e vendido as suas acções a outrem, mas tais transmissões cuja eficácia ainda não esteja concretizada

Assim, não há necessidade de mais desenvolvimentos. é muito provável existe o direito concreto e actual da Requerente.

*

3.3 Do requisito de justo receio de lesão grave e dificilmente reparável do direito- *periculum in mora*.

A providencia cautelar serve para garantir um efeito que, pela sua natureza e face à delongos normal de uma acção, não seria passível de obter na sua plenitude com recurso a esta última.

A providência cautelar tem por fim *obviar ao perigo da demora* de declaração e execução do direito, **destina-se não a exercer direitos, mas a acautelar o seu exercício.**

A Requerente alega que:

- o processo de cedência da posição da STDM constituirá uma derrogação das deliberações tomadas em 2001 que cristalizaram os direitos, interesses e benefícios da STDM junto da SJM e assim como uma violação dos Estatutos (n.º 2 do artigo 7º do Estatuto), que reconhecem a permanente ligação da STDM à SJM.

- o deliberado pelo Conselho de Administração em 31 de Outubro de 2001 e 28 de Novembro de 2001, bem como pela Assembleia Geral de 5 de Novembro de 2001 têm carácter definitivo e estruturante para a STDM, qualquer alteração posterior, tendo como efeito próprio a diminuição da percentagem da STDM no capital da SJM, constituirá revogação das referidas deliberações, implicando necessariamente, a violação dos direitos constituídos e interesses da Requerente, e da sua legítima expectativa de receber anualmente, dividendos da STDM, sendo parte significativo destes os rendimentos canalizados pela SJM em função dos lucros obtidos pelo exercício da indústria do jogos.

- a pendência da reforma do livro de registo de acções determina a incerteza da identidade dos sócios, influência a quantificação dos votos e conseqüentemente determinem a violação da lei ou do Estatuto ou das deliberações em causa.

Já referimos, os autos tratam-se de uma providência cautelar, não é destinado para declaração da nulidade dos actos ou deliberações tomadas da Requerida, mas sim para determinação das diligencias adequadas a fim de evitar prejuízos difícil de reparação antes e durante a pendência da acção principal – a da anulação dos actos ou deliberações sociais.

*

A demonstração de receio justificado não se satisfaz com a alegação de meras convicções, desconfianças, suspeições de carácter subjectivo, sendo necessário que

haja razões objectivas, convincentes, capazes de explicar a pretensão do Requerente-cfr. A Varela, in “Das Obrigações Em Geral”, II, 5ª ed., pág. 463.

Assim, na presente providência cautelar, para se verificar o preenchimento deste requisito, há que apreciar as seguintes questões concretas:

1ª - a constituição de uma subsidiária em Hong Kong para deter directamente as acções da sociedade na Sociedade de Jogos de Macau, S.A. (SJM) faz a STDM deixar de ser accionista dominante da SJM?

2ª - a diminuição de percentagem da STDM no capital social da SJM irá trazer a redução dos dividendos atribuídos aos sócios?

3ª - a execução das deliberações tomadas ao abrigo n.º 2 do referido Aviso Convocatório, durante a pendência da reforma do livro de registo de acções trazem prejuízos aos sócios?

4ª - a Requerente foi impedida a participar nas assembleias sociais?

*

3.3.1. Em relação à 1ª questão - a constituição de uma subsidiária em Hong Kong para deter directamente as acções da sociedade na Sociedade de Jogos de Macau, S.A. (SJM) faz a STDM deixar de ser accionista dominante da SJM?

Na presente providência ficou indiciariamente provado que:

- Foi discutida e aprovada a proposta no sentido da constituição da sociedade concorrente ora SJM na reunião do Conselho de Administração de 31 de Outubro de 2001, em que a “STDM-Investimentos, Limitada”, totalmente controlada pela STDM detém, presentemente 80% do capital social da SJM, mantendo-se os 10% em nome do Administrador-Delegado.

- Conforme os dados obtidos, a própria STDM passará a ter, após a

constituição da subsidiária em Hong Kong, 65,883% do capital dessa subsidiária, que, por sua vez, deterá 90% do capital da SJM, ou, possuirá 52,7064% do capital da subsidiária, pois as regras da Bolsa de Valores de Hong Kong impõem que, pelo menos, 20% do capital da sociedade listada seja reservado ao público.

O artigo 7º do Estatuto da STDMM prevê:

“1- É livre a cedência de acções ordinárias simples ou privilegiadas entre os accionistas, mas a sua alienação a estranhos não terá efeitos em relação à sociedade, nem o adquirente obterá direito ao respectivo averbamento sem a observância do seguinte:

(...)

2 - Sendo a sociedade uma accionista dominante da “Sociedade de Jogos de Macau, SA.,” titular de uma licença para a exploração de jogos da fortuna ou azar em Casino, por Contrato assinado com o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, a transmissão de acções está ainda sujeita às limitações decorrentes do referido Contrato de Concessão ou das suas alterações.

O n.º 2 do artigo 7º do Estatuto da STDMM, não é uma fixação de que a STDMM tem que ser accionista dominante da SJM, mas sim, determina a aplicação das das limitações derivada de Contrato de Cessão de Exploração de Jogos da Fortuna ou Azar em Casinos celebrado entre Governo e SJM, à transmissão das acções de STDMM.

Por outro lado, a própria STDMM passará a ter, após a constituição da subsidiária em Hong Kong, 65,883% do capital dessa subsidiária, que, por sua vez, deterá 90% do capital da SJM, ou possuirá 52,7064% do capital da subsidiária, em qualquer dos casos, não se pode dizer que a STDMM deixará de ser accionista dominante do SJM.

*

3.3.2.- Em relação à 2ª questão - a diminuição de percentagem da STDM no capital social da SJM irá trazer a redução dos dividendo atribuídos aos sócios?

A requerente considera que os lucros da STDM provêm fundamentalmente da actividade desenvolvida pela SJM através da exploração dos diversos casinos que lhe são licenciados pelo governo de Macau; qualquer diminuição da percentagem da STDM no capital social da SJM irá trazer, inelutavelmente uma redução dos dividendos que, anualmente, lhe são atribuídos e reflexivamente, a Requerente irá receber muito menos dividendo, por conta das acções de que é titular.

Esta é apenas uma preocupação e uma simples presunção da Requerente, o que não está em causa uma mera e simples diminuição das acções, mas uma estratégica de estimação de fundos e desenvolvimento das actividades sociais.

Toda a gente sabem, nas actividades comerciais, qualquer actividade comercial pode trazer lucros e causar perdas. A valorização das potenciais lucros e perdas não se fazem desta maneira de simples cálculo matemática, esquecendo de outros elementos eventuais receitas.

A admissão na bolsa de valores de uma sociedade, permitem esta estimar mais fundo para investir e obter mais lucros. Face ao aumento dos lucros, a diminuição da percentagem de acções, não implica necessariamente a diminuição dos dividendos.

Dos factos provados, não nos parecem que existam circunstâncias objectos que permitem concluir que a diminuição das acções em causa causará prejuízos aos sócios.

*

3.3.3. - Em relação à 3ª questão - a execução das deliberações tomadas ao

abrigo n.º 2 do referido Aviso Convocatório, durante a pendência da reforma do livro de registo de acções trazem prejuízos aos sócios?

A Requerente alega que a não conclusão da reforma do livro de registo de acções determina a incerteza da identidade dos sócios e influência a quantificação dos votos, assim as deliberações pode ser tomadas pelas pessoas não sócio e consequentemente determine a violação da lei ou do Estatuto ou das deliberações anteriormente tomadas.

Mais uma vez, a providência não é destinada a declarar o direito do Requerente, mas sim a acautelar o seu direito.

Assim, a simples alegada de a deliberação pode não ser tomadas pelas pessoas não sócios, sem circunstância concretos e objectos, não preenche o fundado receio de que outrem lhes causasse lesão grave e dificilmente reparável do seu direito.

*

3.3.4. Em relação à questão - a Requerente foi impedida a participar nas assembleias sociais?

A Requerente alega de ser impedido a participar nas assembleias gerais, e que ficou violado o seu direito social.

In casu, não provou o facto.

Por outro lado, a simples alegação de o sócio ter impedido à participação numa determinada assembleia, não constitui o requisito do fundado receio.

*

4. Do requisito da adequação das providências e de não ser o prejuízo resultante da providência superior ao dano que com ela se pretendo evitar.

A definição da superioridade de um direito em relação a outro deve ser feita

em concreto, pela ponderação dos interesses que cada titular visa atingir.

A Requerente preocupa com as futura perdas, pretendia que a STDM mantenha a situação actual, mas muitos outros sócios não assim decidiram visando a obtenção de um lucro máximo para a sociedade e os seus sócios. Neste sentido, as providências requeridas não são adequadas.

*

Em conclusão:

- a) Ficou inútil a providência requerida sob o ponto a), uma vez que a votação que a Requerente pretendia suspender já foi realizada.
- b) A providência cautelar tem por fim *obviar ao perigo da demora* de declaração e execução do direito, destina-se não a exercer direitos, mas a acautelar o seu exercício - *periculum in mora*.
- c) A presente providência cautelar, não é destinado para declaração da nulidade dos actos ou deliberações tomadas da Requerida por violação da lei, dos Estatutos ou das deliberações anteriores, este é o objecto da acção principal a instaurar pela Requerente.
- d) São requisitos essenciais das providências cautelares não especificadas:
 - Probabilidade séria da existência do direito do Requerente;
 - O justo receio de lesão grave e dificilmente reparável do direito; e
 - Não ter prejuízo resultante da providência superior ao dano que com ela se pretende evitar.
- e) A demonstração de receio justificado não se satisfaz com a alegação de meras convicções, desconfianças, suspeições de carácter subjectivo, sendo necessário que haja razões objectivas, convincentes, capazes de explicar a

pretensão do Requerente- cfr. A Varela, in “Das Obrigações Em Geral”, II, 5ª ed, pág. 463.

- f) Conforme o ponto n.º 2 do Convocatório para a assembleia geral marcada para 31 de Março de 2006, a STDM pretendia constituir uma subsidiária em Hong Kong para deter directamente as acções da sociedade na Sociedade de Jogos de Macau, S.A., a fim de esta nova subsidiária ser admitida na bolsa de valores de Hong Kong, e com a constituição subsidiária, irá trazer a diminuição da percentagem da STDM no capital social da SJM.
- g) O acto não se trata de uma mera e simples diminuição das acções, mas sim uma estratégica destinada a estimação de fundos e desenvolvimento das actividades sociais.
- h) A alegada diminuição da percentagem das acções irá trazer a diminuição dos lucros e reflexivamente a diminuição dos dividendos dos sócios, é apenas uma preocupação e uma simples presunção subjectiva da Requerente, esquecendo a Requerente atender outros elementos.
- i) A simples alegada de a deliberação pode não ser tomadas pelas pessoas não sócios, sem circunstâncias concretas e objectos, não preenche o fundado receio de que outrem lhes causasse lesão grave e dificilmente reparável do seu direito.
- j) A simples alegação de o sócio, embora maior mas não dominante, ter impedido à participação numa determinada assembleia, não preenche o fundado receio de que outrem lhes causasse lesão grave e dificilmente reparável do seu direito.
- k) A definição da superioridade de um direito em relação a outro deve ser

feita em concreto, pela ponderação dos interesses que cada titular visa atingir.

- l) Face ao interesse na obtenção de mais lucros para a sociedade e os sócios, a pretensão da Requerente não se mostra adequada.

Face ao exposto, as pretensões da Requerente devem ser julgada improcedentes por não preenchem os requisitos da providência cautelar, nomeadamente o de justo receio de lesão grave e dificilmente reparável do direito.

*

V.

Pelo exposto, julgo a providência improcedente.

*

Custas da providência a cargo do pela Requerente.

Custas dos incidentes a cargo do Requerida.

[...]>> (cfr. o teor de fls. 475 a 483 dos autos, e *sic*).

Inconformada com essa decisão, dela veio a requerente da providência cautelar recorrer para este Tribunal de Segunda Instância, pedindo a sua revogação e o provimento da providência então peticionada, por um vasto conjunto de razões assim sumariadas na parte final da sua alegação:

<<I

Determina o artigo 562º, nº 3 do CPC que, na fundamentação da sentença, o juiz toma em consideração os factos admitidos por acordo ou não impugnados, provados por documentos ou por confissão reduzida a escrito e os que o tribunal

deu como provados, fazendo o exame crítico das provas de que lhe cumpre conhecer.

II

O normativo acima transcrito é inspirado do n.º 3 do artigo 659.º do CPC de Portugal, a respeito do qual a jurisprudência é pacífica no sentido de que: "O julgador, na sentença, tem de levar em consideração todos os factos provados por documentos, confissão das partes ou acordo destas, mesmo que não tenham sido especificadas (Ac. STJ, de 24/05/1988, *in* BMJ, 377.º- 448.º – vide Abílio Neto, nota n.º 21, pag. 843 do Código de Processo Civil Anotado, 18.º edição actualizado).

III

Na sentença, deve o juiz tomar em conta os factos constantes de documentos e ainda que a primeira instância não tenha usado daquela faculdade/obrigação, pode usá-la o Tribunal *ad quem*, deliberando com base no conteúdo dos documentos juntos aos autos" (Acórdão da Relação de Évora, de 17/07/1986, *in* BMJ, 361.º- 626, citado na obra citada de Abílio Neto, pag. 843).

IV

Cabe à Recorrente especificar quais os concretos pontos de matéria de facto que considera incorrectamente julgados e quais os concretos meios probatórios, constantes do processo ou do registo nela realizado, que imponham, decisão diversa da recorrida – artigo 599.º do C.P.C.

V

À recorrente cabe apresentar a sua alegação e nela concluir pela indicação dos fundamentos por que pede a alteração da decisão (artigo 558.º, n.º 1 do C.P.C.), devendo o juiz resolver todas as questões que as partes tenham submetido à sua

apreciação (artigo 563º, nº 2 do CPC).

VI

Conforme resulta do acima alegado, foram detectados erros de julgamento, cuja correcção se impõe, os quais resultam de omissão de factos provados documentalmente por acordo das partes e convicção do julgador da 1ª instância contrária às regras da experiência e da lógica no Acórdão de fls. 471.

VII

E encontra-se subtraído o princípio da livre convicção da prova ao distinto tribunal *a quo* quando em face de prova legal (por acordo e documental), apenas podendo o julgador, neste campo, realizar uma apreciação crítica, pautada pelas regras da experiência por critérios lógicos que correctamente formem o substrato racional que conduz à decisão.

VIII

Foi deliberada na Assembleia Geral da Requerida de 5 de Novembro de 2001 uma proposta no sentido da STDM prosseguir na sua estratégia de se candidatar a uma das licenças que o Governo da RAEM viesse a conceder – facto provado pelo doc. nº 28 junto com o Requerimento Inicial e alegado no artigo 33º.

IX

Nos termos da acta do Conselho de Administração da Requerida, de 31 de Outubro de 2001, foi deliberado constituir uma sociedade anónima em que 10% do respectivo capital social seriam subscritos como "Stock Options" reservados ao "management" dos Casinos, com vista a fidelizar os respectivos executivos à STDM, facto provado pelo doc. 22 junto com o Requerimento Inicial e alegado no artigo 26º.

X

O capital da referida sociedade anónima era distribuído entre a STDM (80%), Dr. E (10%) e os Executivos fidelizados (10%), e cada um dos accionistas deveria fazer a entrada de capital correspondente à sua subscrição, ou seja, adquirindo as acções pelo preço de cem patacas cada uma – facto provado pelo referido doc. 22 e alegado no artigo 26°.

XI

Nos termos da citada deliberação do Conselho de Administração da STDM, os 10% do capital foram subscritos pelo Administrador-Delegado (Dr. E), por imperativo legal – facto provado pelo doc. 22 e alegado no artigo 22°.

XII

O Dr. E irá ter 8.1336% ou 10.167% do capital da nova sociedade – factos provados pelos docs. 24, 25 e 26 e Anexos B e C à acta da assembleia geral.

XIII

N, O, P e Q irão ter 6.8% ou 5.44% do capital da referida nova sociedade – factos provados pelos docs. 24, 25 e 26 e Anexos B e C à acta da assembleia geral.

XIV

Os 26 sócios da "R" irão ter 1,7% ou 1,36% – facto provado pelos docs. 24, 25 e 26 e Anexos B e C à acta da assembleia geral.

XV

Os 20% do capital social da SJM adstritos ao Sr. Administrador Delegado (10%) e a accionistas particulares como "stock options" (10%) não podem, sem mais, ser convertidos em acções da "S", **sob pena de grave prejuízo para a requerente e demais accionistas da STDM!**

XVI

De facto, estes 20% foram adquiridos pelos seus actuais proprietários **pelo preço simbólico de cem patacas (cfr. doc. 22 junto ao requerimento inicial), perfazendo o total de 40 milhões de patacas mas assim que forem convertidas em acções da sociedade a criar e cotar na Bolsa de Valores de Hong Kong (adiante designada por "S") , passarão a valer cerca de HKD\$15 biliões (facto confessado em depoimento de parte).**

XVII

Por outro lado, enquanto tais acções permanecerem no seio da STDM/SJM, a sua transmissão tem de passar pelo crivo do direito de preferência facultado à sociedade e aos sócios, nos termo dos artigos 7º dos estatutos de ambas as sociedades; numa sociedade cotada na bolsa a transmissão é plenamente livre, o que significa que a razão de ser pela qual foi permitida a aquisição simbólica de um acervo de 10% de acções do capital da SJM a certos accionistas, nomeadamente, garantir a sua fidelidade à sociedade, puramente e simplesmente desaparece.

XVIII

A única forma de obviar a que tal prejuízo ocorra é através de um novo modelo, onde estes 20% revertam para a STDM contra o reembolso das quantias pagas pelos accionistas particulares e pelo Sr. Administrador Delegado, mantendo-se este o proprietário de 10% do capital social para satisfação da imposição legal da Lei nº 16/2001, mas, "on trust", por conta da STDM. Em alternativa, quer os accionistas particulares, quer o Sr. Administrador Delegado, podem pagar o valor real das acções: cerca de 15 biliões de dólares de Hong Kong.

XIX

O proposto pelo Conselho de Administração e o aderido pela Assembleia Geral constituem um locupletamento sem justa causa para aqueles accionistas (Administrador-Delegado e Executivos Fidelizados), com o correlativo empobrecimento, ilegítimo e abusivo da Requerida, com inevitáveis reflexos nos direitos da Recorrente, nomeadamente, redução do direito ao lucro.

XX

A STDM, ao abrigo das deliberações tomadas em 2001 (vide docs. 21, 22 e 28 juntos com o Requerimento Inicial), tem a obrigação perante todos os sócios – sem excepção – de manter na sua esfera, pelo menos, 80% dos direitos, interesses e benefícios da Licença do Jogo, a que acrescem os 10% do administrador delegado, quando o artigo 19º, nº 2 da Lei nº 16/2001 for revogado.

XXI

No entanto, a STDM não possuirá qualquer participação (0%) no capital social da sociedade a criar em Hong Kong – facto provado pelo doc. 26 junto com o Requerimento Inicial e os Anexos B e C da acta da assembleia geral da STDM, de 31 de Março de 2006, e ainda o Anexo I da mesma acta (Passo 5), documentos estes que foram juntos pela Requerida.

XXII

Esta questão – de primordial importância na estruturação dos pedido formulados – não foi, salvo o devido respeito, minimamente apreciada pelo Tribunal a quo.

XXIII

A STDM e os seus accionistas mantêm o direito aos lucros provenientes da exploração do Jogo em Macau, pelo menos em 80%, com a futura e eventual majoração dos 10% do administrador delegado.

XXIV

Com o total desaparecimento da STDM na SJM e na "S", a requerente irá receber 0% dos lucros gerados pela SJM, o que constitui uma lesão gravíssima do seu direito ao lucro – a qual, dado os enormes rendimentos auferidos, com propensão para aumentar no futuro – a qual será sempre dificilmente reparável.

XXV

Provado está que a STDM não tem Livro de Registo de Acções, estando pendente a respectiva Acção de Reforma.

XXVI

Para uma decisão tão importante, com enormes consequências sobre a vida da STDM (envolvendo o rompimento total da sua ligação à indústria e aos rendimentos da exploração do jogo – cfr. doc. 26, Anexos B e C e Anexo I (vide "Step 5"), tal deliberação deve ser tomada pelos sócios efectivos, devidamente comprovados pelo Livro de Registo de Acções.

XXVII

Antes de se concretizar o intento de atribuição de acções da "S" aos sócios da STDM (vd. Anexo I, Passos 4 e 5), é imperativo apurar com total certeza quem são esses accionistas e qual o número de acções de de que são titulares, só assim se evitando a consumação de situações negativas irreparáveis para os verdadeiros accionistas como a requerente e para a própria sociedade.

XXVIII

Designadamente: após a cotação na bolsa, as acções dos sócios da "S" poderão ser transmitidas a terceiros, visto não se saber, com certeza, quem são os accionistas da STD M.

XXIX

O que constitui, sem dúvida, justo receio de violação dos seus direitos por parte daqueles cuja qualidade de accionista virá a ser definitivamente estabelecida por via da pendente acção de reforma do livro de registo de acções a que se faz referência no artigo 68 do requerimento de providência.

XXX

Neste contexto e sem prejuízo do supra exposto, a "I Limited" não é accionista, por não ter havido cumprimento do artigo 7º dos Estatutos: a Recorrente e os demais accionistas não foram nunca notificados para o exercício do direito estatutário de preferência (facto confessado em juízo pela requerida e reduzido a escrito, protestando juntar-se a respectiva certidão judicial); logo, presume-se, até prova em contrário, que tal venda não existe sequer.

XXXI

A "F Company Limited", a "G Limited" e H, também não são accionistas da STD M, porquanto não foi cumprido o artigo 14º da Lei nº 6/82/M, de 29 de Maio – autorização prévia do Governo para a transmissão das acções de E e T).

XXXII

Assim, a preconizada distribuição de acções da "S" a sócios putativos prejudicará enormemente a Recorrente, cujos danos dificilmente, senão de modo impossível, poderão ser reparados.

XXXIII

A recorrente é titular de um elevado número de acções preferenciais ou privilegiadas do capital social da STDM, admitindo a requerida que esse número é, pelo menos, de 198 acções (vd. certidão judicial da Acção de Reforma do Livro junta ao requerimento inicial como doc. 29).

XXXIV

Nos termos dos artigos 6º, 9º, 10º e 46º, nº 1, alíneas b) e c) dos estatutos da STDM, juntos aos autos, este tipo de acções confere direitos especiais aos seus titulares, políticos (expressão em número de votos) e patrimoniais (dividendos).

XXXV

Numa sociedade cotada na Bolsa de Hong Kong não pode existir este tipo de acções.

XXXVI

Motivo pelo qual, todas as acções da "S" estarão em pé de igualdade, de acordo com o Anexo I, Passo 4 (é o que significa a expressão "par value"), que constitui parte integrante da acta da Assembleia Geral da STDM realizada em 31/03/2006.

XXXVII

Assim, face ao modelo de reestruturação proposto, tem a recorrente o justo receio de perder os direitos especiais inerentes às suas acções privilegiadas, com os inerentes prejuízos daí decorrentes.

XXXVIII

A Recorrente não está contra a listagem na bolsa, mas contra o modelo proposto e aprovado.

XXXIX

A nova deliberação perspectivada pelo ponto nº 3 da mencionada Acta da Assembleia Geral de 31/03/2006 em nada afecta as considerações anteriormente tecidas, posto que o essencial do modelo de reestruturação já está aprovado, apenas restando concretizá-lo mais detalhadamente!

XL

Aliás, ficou expresso na alínea I) dos considerandos constante da folha 32 da acta da Assembleia Geral que: "O Conselho de Administração da Sociedade, após consulta com os demais accionistas da SJM, conclui que a melhor forma de concretizar os objectivos finais prosseguidos, satisfazendo entretanto condições prévias consideradas convenientes para o sucesso final daqueles, seria a promoção do modelo global de reestruturação que se encontra descrito no anexo I à presente proposta, o qual foi partilhado com os accionistas".

XLI

A douta sentença recorrida omite factos relevantes para a decisão da causa, os quais se acham provados por documentos (não impugnados) e também não se pronunciou sobre a questão do abuso de direito prevista no artigo 326º do Código Civil, levantada pela requerente, em violação do nº 2 do artigo 563º do Código de Processo Civil.

XLII

A douta sentença recorrida não efectua uma apreciação crítica dos meios de prova legal (factos admitidos por acordo, provados por documento ou por confissão reduzida a escrito) de acordo com as regras de experiência comum e critérios de lógica e raciocínio, em violação do nº 3 do artigo 562º do Código de Processo Civil.

XLIII

Da conjugação desses factos com os que são tidos como indiciariamente provados permite concluir-se que se acham preenchidos todos os requisitos para o decretamento das providências cautelares solicitadas sob as alíneas b) e c) do Requerimento Inicial.

Termos em que se requer seja revogada a douta sentença recorrida por violação do nº 2 do artigo 563º e do nº 3 do artigo 562º, ambos do Código de Processo Civil, com a correcção dos erros de julgamento invocados e a alteração da respectiva decisão, concedendo-se provimento ao presente recurso,

[...]>> (cfr. o teor de fls. 537 a 549 dos autos, e *sic*).

A esse recurso, respondeu a requerida Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L., nos seguintes termos mormente sumariados na parte final da sua contra alegação:

<<[...] **CONCLUSÕES**

1. O pedido deduzido sob a alínea c) do Requerimento Inicial, mostra-se supervenientemente inútil, atento o facto de que as deliberações que vieram a ser tomadas pelo colectivos dos sócios da Recorrida relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos da reunião de 31 de Março de 2006 não tenham vindo a apresentar o conteúdo antecipado pela Recorrente, nem sejam susceptíveis de, pela respectiva execução, produzir os efeitos que a Requerente pretende evitar;
2. A inutilidade superveniente da lide determina a absolvição da instância, nos termos do conjugadamente disposto na alínea 3) do Artigo 229º e

na alínea e) do no. 1 do Artigo 230º, ambos do Código de Processo Civil.

3. Ainda que assim não devesse entender-se, a apreciação desse mesmo pedido ter-se-ia tornado processualmente inadmissível, nos termos e por força do disposto no no. 5 do Artigo 527º do Código de Processo Civil, uma vez que a Recorrente veio, entretanto, a requerer a decretação de providência cautelar nominada de suspensão de deliberações sociais tendo esta última sido recusada por decisão judicial que conheceu do respectivo mérito;
4. Porque assim é, deva a providência ser recusada, em sede de julgamento do recurso, em face do disposto na disposição de direito processual substantivo imediatamente antes referida, com o regime e consequências previstos no no. 2 do Artigo 412º do Código de Processo Civil.

5. Relativamente ao pedido deduzido sob a alínea b) do Requerimento Inicial, também o mesmo se revela supervenientemente inútil ou legalmente impossível, porquanto:
 - a) Ou bem que o alegado justificado receio invocado pela Recorrente teve causa no conteúdo antecipado das deliberações que poderiam vir a ser tomadas na reunião dos sócios de 31 de Março de 2006, a revelação desse mesmo conteúdo pelo teor da Acta, e o respectivo reconhecimento por sentença judicial no procedimento de suspensão de deliberação social, mostra que tal receio não tinha

justificação ou fundamento objectivo – caso em que a presente providência se terá tornado inútil;

- b) Ou bem que Diferentemente, com maior amplitude, a Recorrente pretende impor uma abstenção geral de conduta por parte da ora Recorrida, e dos respectivos sócios, caso este em que a presente providência se converteria numa antecipação total dos efeitos de uma acção de condenação, ou até mesmo em uma consolidação de efeitos que a acção principal não consentiria – caso este em que a mesma deverá qualificar-se como legalmente impossível.

- - - -

6. Contrariamente ao sustentado pela Recorrente, em caso algum a Sentença recorrida enferma de vício que justifique a sua anulação ou revogação (total ou parcial) por violação do disposto no no. 3 do Artigo 562º do Código de Processo Civil, porquanto:

- a) Não se encontra um único facto que devesse ter sido considerado provado por documento e que o Tribunal recorrido não haja considerado provado ou, tão pouco, um facto que, atentos os documentos juntos, não devesse ser considerado provado e que o tenha sido;
- b) Não se encontra um único facto que devesse ter sido considerado provado por acordo e que não haja sido considerado provado ou, tão pouco, um facto que, em face de acordo probatório, não devesse ter sido considerado provado e que, a final, o tenha sido;
- c) Não se descortina a violação de uma qualquer norma das que, no âmbito do Código Civil, prevêm as situações de desvio

relativamente ao princípio da *liberdade de prova*.

7. Tão pouco a Sentença recorrida é merecedora de censura por suposto violação do disposto no no. 2 do Artigo 563º do Código de Processo Civil:
8. A necessária consideração, pelo Tribunal, de todas as questões submetidas a julgamento, enquanto desimplicação legalmente necessária do princípio do pedido, não implica uma consideração de todos os argumentos explanados pelas partes ou, tão pouco, muito menos, um diálogo com as “razões” pelas mesmas invocadas;
9. Da análise da Sentença recorrida resulta inequívoco que as três questões fundamentais relativamente às quais a Recorrente alega a verificação de omissão de pronúncia foram, ao contrário, efectivamente apreciadas pelo Tribunal a quo;

10. Carece de fundamento a alegação de abuso de direito dirigida às deliberações efectivamente tomadas pelo colectivo de sócios da Recorrida relativamente ao ponto 2, da ordem de trabalhos para a reunião do passado dia 31 de Março de 2006:
11. Por um lado, tal como conclusivamente já estabelecido, as deliberações que vieram a ser tomadas não têm o conteúdo que a Recorrente lhes imputa; tal conteúdo acha-se lavrado em acta relativamente à qual a Recorrente não suscitou o incidente de falsidade e cujo conteúdo por modo algum impugnou, razão por que, nos termos do conjugadamente disposto no Artigo 233º do Código Comercial e no no. 1 do Artigo 3527º do Código Civil, as mesmas valem naqueles exactos termos, ou

seja,

12. Por outro lado, as deliberações que deram origem à constituição da Sociedade de Jogos de Macau, S.A. e à respectiva e actual composição accionista não podem legalmente qualificar-se como irrevogáveis (ou irrevogáveis sem o voto concorrente e concordante da Recorrente) porquanto:
 - a) Nos termos do disposto nos Artigos 255º, 453º e 382º, todos do Código Comercial, devem quanto à matéria de que se trata, valer o princípio geral maioritário;
 - b) A eventual irrevogabilidade de tais deliberações dependeria que as mesmas pudessem qualificar-se como fonte de um direito especial o que, em face dos que dispõem os Artigos 184º e 185º, também do Código Comercial, não seria admissível, (i) quer em razão do conteúdo de tal direito, (ii) quer em razão da forma da respectiva consagração;
13. Tão pouco tal suposta irrevogabilidade se mostra extraível da estipulação constante do no. 2 do Artigo Sétimo dos Estatutos da Recorrida, o qual se limita a, por remissão para a legislação competente, exigir o cumprimento dos requisitos e formalidades necessários para a eficaz transmissão de acção, se, porque e enquanto a Recorrida se mantiver como accionista dominante de uma das sociedades titulares de uma das licenças de exploração dos jogos de fortuna ou azar em casino.

14. De todo o modo, o cedido formulado sob a alínea b) do petitório com que encerra o Requerimento Inicial, para além de infundado, deve ser

qualificado como ilegal:

15. Se as deliberações sociais não enfermam de causa de invalidade, nos termos em que a lei prevê e disciplina tal matéria (Arts. 228 a 230º do Código Comercial) – o que só pode ser aferido perante cada concreta deliberação que em determinado momento a sociedade haja tomado ou se proponha tomar – não é lícito que a sociedade seja condenada a uma prestação de facto negativo não fungível (não deliberar) sem que tal se faça por referência a uma determinada deliberação cuja anulação, se requer;
16. Mas, se o que está em causa é a anulação de uma qualquer deliberação, então a providência ora sub iudice deverá, ou ser julgada inútil, ou impossível – pelas razões acima vistas – ou, a final, caduca, porquanto não terá sido tempestivamente proposta a acção de anulação correspondente na prazo a que faz referência o no. 2 do Artigo 230º do Código Comercial;

- - - -

17. Em qualquer caso, a pertinência da alegação de abuso de direito em deliberação social está dependente da alegação e da prova de que os votos que hajam contribuído para a respectiva aprovação tenham sido emitidos em abuso de direito, ou seja, com o intuito de prejudicar a sociedade e/ou os sócios ou de obter vantagens ilegítimas para os sócios, o que a Recorrente não faz.

- - - -

18. Mostra-se igualmente infundada a novel invocação de enriquecimento sem causa como fundamento de decretação de qualquer medida cautelar

in casu:

19. Jamais a ora Recorrente impugnou as deliberações que deram origem a constituição da Sociedade de Jogos de Macau, S.A. ou, tão pouco, à respectiva e actual composição accionista;
20. A pretensão que a mesma agora vem manifestar de que os direitos patrimoniais inerentes à titularidade das acções representativas de participações minoritárias no capital social da SJM devam ser restringidos sob pena de enriquecimento sem causa por parte de tais titulares, constitui um genuíno *venire contra factum proprium*;
21. De todo o modo, atenta a *subsidiariedade da obrigação de restituição* (nos termos do disposto no Artigo 468º do Código Civil e seguindo apropriada justificação do instituto tal como enunciada no Artigo 467º do mesmo Código), uma vez não verificada qualquer causa de invalidade das deliberações sociais não pode legitimamente pretender-se que os efeitos normais a cuja produção as mesmas tendem ou que determinam possam constituir causa de enriquecimento não conforme à justa ordenação dos bens;’
22. As condições deliberadas de subscrição/aquisição das participações livres (minoritárias) da SJM foram integralmente cumpridas, tal facto jamais foi questionado pelo que os direitos patrimoniais (homogéneos) dos respectivos titulares se aferem em razão, apenas, do número e do tipo de acções de que os mesmos sejam concretamente titulares, sem que tal possa implicar um qualquer empobrecimento ilícito por parte de terceiros ou de outros sócios

Nestes termos, e nos mais em Direito consentidos [...], se

requer:

- a) Seja a presente providência julgada supervenientemente inútil, com a consequente absolvição da Recorrida da instância; ou, no caso em que assim se não entenda**
- b) Seja a mesma julgada impossível ou ilícita; ou, subsidiariamente,**
- c) Seja o presente recurso julgado integralmente improcedente, com a consequente confirmação da Sentença recorrida**

Mais requerendo seja ordenada a condenação da Recorrente nas custas de lei e na liquidação de procuradoria condigna

E o despacho aos demais termos da lide, até final,

[...]>> (cfr. o teor de fls. 614 a 622 dos autos, e *sic*).

Subido o recurso para esta Instância *ad quem*, feito o exame preliminar e corridos os vistos legais, cumpre decidir, já que não há nada a obstar a isso.

Para o efeito, e desde já, é de relembrar aqui a doutrina do Saudoso e Insigne **PROFESSOR JOSÉ ALBERTO DOS REIS**, de que “*Quando as partes põem ao tribunal determinada questão, socorrem-se, a cada passo, de várias razões ou fundamentos para fazer valer o seu ponto de vista; o que importa é que o tribunal decida a questão posta; não lhe incumbe apreciar todos os fundamentos ou razões em que elas se apoiam para*

sustentar a sua pretensão” (in Código de Processo Civil anotado, Volume V – Artigos 658.º a 720.º (Reimpressão), Coimbra Editora, Limitada, 1984, pág. 143) (e neste sentido, cfr., por todos, o aresto deste Tribunal de Segunda Instância, de 10 de Outubro de 2002, no Processo n.º 165/2002).

Assim sendo, não se nos vislumbra qualquer dos vícios ora assacados pela requerente da providência cautelar à sentença recorrida, porquanto:

– a Mm.^a Magistrada Judicial autora da mesma peça decisória já decidiu concretamente de todos os três pedidos formulados na parte final da petição da providência (a fls. 21 a 23 dos autos), sendo certo que a questão do abuso do direito então colocada pela requerente como pressuposto conducente ao primeiro dos pedidos referidos já se encontra materialmente prejudicada pela inutilidade superveniente da correspondente providência requerida, nos termos decididos no ponto “**1. Da inutilidade da providência requerida**” da parte “**IV**” do texto da sentença, com a agravante de que mesmo que assim não se entendesse, a questão do alegado abuso do direito por parte da sociedade requerida ficaria sempre logicamente precludida com a solução de improcedência dada a outros restantes pedidos tecidos na parte final da mesma petição, com o que não se verifica, de facto, qualquer violação, por parte da mesma Mm.^a Juiz, da regra do n.º 2 do art.º 563.º do Código de Processo Civil de Macau (CPC), sendo de frisar, aliás, que não se pode confundir as “questões” a que alude este preceito processual com os motivos ou razões invocados pelas partes para sustentar a procedência das suas “questões” colocadas no pleito, sob pena da petição do princípio, ao arrepio da conceituada doutrina acima citada;

– e no tangente ao estatuído no n.º 3 do art.º 562.º do CPC, também nos é evidente o seu cumprimento pela mesma Mm.^a Juiz, que se limitou realmente a decidir das providências pretendidas pela requerente à luz da matéria de facto já julgada como indiciariamente assente (sob a égide do princípio da livre apreciação da prova com recurso às máximas da experiência da vida humana em normalidade das situações vividas e às *legis artis* vigentes neste campo de tarefas jurisdicionais aquando do necessário exame crítico e global de todos os elementos probatórios carreados aos autos, nos termos já explicados na decisão de matéria de facto indiciária, proferida em 8 de Junho de 2006 a fls. 471 a 473 dos autos), a qual nos é pertinente e suficiente para sustentar a decisão jurídica final da Primeira Instância, sem qualquer “lacuna” ora opinada pela requerente na alegação do recurso, com confusão do verdadeiro conceito da “prova legal” (como sendo prova cuja força probatória se encontra pré-tarifada ou pré-fixada na lei como superior à de determinados outros meios de prova) com “a prova por acordo das partes” e “a prova documental” em geral, que são *livremente* apreciados ou analisados pelo julgador, caso sejam tidos como pertinentes à solução da causa, em conjunto com outros meios úteis de prova, por exemplo, a prova testemunhal (cfr. o diversa e, como tal, infundamente sustentado pela ora recorrente a este respeito na sua motivação do recurso, ao que correspondem, *maxime*, as conclusões VI, VII e XLII da mesma peça).

Ademais, quanto à solução das providências pretendidas na parte final da respectiva petição, é de louvar mesmo a sentença ora recorrida, cuja fundamentação fáctica e jurídica, nela já devidamente especificada, já

rebate congruente e cabalmente a posição assumida pela requerente ora recorrente na mesma petição, e invocada materialmente de novo na alegação do recurso vertente através da imputação dos dois vícios acima por nós tidos como inverificados, pelo que sem mais outras considerações por ociosas, é de julgar improcedente o mesmo recurso, por não estarem reunidos os requisitos legais para concessão das providências então requeridas, ao contrário do nuclearmente sintetizado nas conclusões XXIV, XXXII e XXXVII da motivação do recurso, que não passa de uma mera interpretação subjectiva das coisas, sem qualquer suporte na matéria de facto já devidamente julgada como provada na Primeira Instância.

Nestes termos, cai por terra a tese em última instância pugnada pela ora recorrente sobretudo na conclusão XLIII da sua alegação, com o que não pode deixar de naufragar *in totum* o seu recurso.

Dest'arte, e em sintonia com o exposto, **acordam** em negar provimento ao recurso, mantendo, por conseguinte, a sentença recorrida.

Custas do recurso pela requerente da providência cautelar.

Macau, 19 de Outubro de 2006.

Chan Kuong Seng
(Relator)

João Augusto Gonçalves Gil de Oliveira
(Primeiro Juiz-Adjunto)

Lai Kin Hong
(Segundo Juiz-Adjunto)